

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.228 - MG (2018/0273014-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **ROGÉRIO VIEIRA GOUVEIA**
AGRAVANTE : **ANA PAULA GEOVANINI DE OLIVEIRA GOUVEA**
ADVOGADOS : **DONIZETE DOS REIS DA CRUZ - MG087195**
 ARTHUR LUIZ DE CARVALHO GOMES - MG129551
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - MG044698**
 JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MG079757
 HELENA PATRÍCIA FREITAS - MG079760
 PATRÍCIA CRISTINA DE PAULA - MG129348
 FABIANA VANESSA DE FARIA - MG120534
 NAYARA SANTANA PEREIRA - MG150393
 NÚBIA RAFAELA ASSUNÇÃO - MG146291
INTERES. : **ND APOIOS ADMINISTRATIVOS LTDA**

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO MONITÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. RESPONSABILIDADE DOS FIADORES. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO) ajuizou ação monitória contra ND APOIOS ADMINISTRATIVOS LTDA. (ND), ROGÉRIO VIEIRA GOUVEIA e outra (ROGÉRIO e outra), alegando ser credor da quantia de R\$ 119.173,71 (cento e dezenove mil, cento e setenta e três reais e setenta e um centavos) em decorrência de Termo de Adesão a Regulamento do Cartão BNDES, em que ND figurou como devedor principal e ROGÉRIO e outra como fiadores.

A sentença julgou procedente o pedido, constituindo o título executivo no valor pleiteado (e-STJ, fls. 115/117).

Interposta apelação por ROGÉRIO e outra, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 152):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA - FIANÇA - EXONERAÇÃO - NÃO RECONHECIMENTO. Não há que se falar em prescrição quando o ajuizamento da ação se dá dentro do prazo legal estabelecido no artigo 206, §5º, I, do CC, ou seja, 05 anos, contados do vencimento da última parcela do débito. Os fiadores que, de forma expressa, renunciaram ao direito previsto nos artigos 827, 830, 834, 835, 837 e 838, todos do CC/02, comprometendo-se a permanecer na condição de fiadores até o efetivo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela devedora principal no instrumento, não podem se exonerar do encargo, ao fundamento de que a fiança se encerrou na data final prevista no contrato.

Os embargos de declaração opostos por ROGÉRIO e outra foram rejeitados (e-STJ, fls. 175/185).

Inconformados, ROGÉRIO e outra interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 114, 819, 827, 830, 834, 835, 837 e 838 do CC/02 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que a fiança exige interpretação restritiva, não se admitindo que a responsabilidade dos fiadores persista após o vencimento do contrato se não havia cláusula de renovação automática.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 213/216).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 243/246).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Inicialmente, quanto aos arts. 827, 830, 834, 835, 837 e 838 do CC/02, ROGÉRIO e outra deixaram de demonstrar de que maneira teriam sido violados, não se

prestando a tanto a mera indicação na petição de recurso especial, o que revela deficiência de fundamentação a atrair a aplicação da Súmula nº 284 do STF.

No que concerne à responsabilidade dos fiadores, o Tribunal de origem concluiu que ROGÉRIO e outra obrigaram-se no contrato a permanecer na condição de fiadores até o adimplemento de todas as obrigações assumidas pelo devedor principal, nos termos da seguinte fundamentação:

In casu, consta do item 6 do "termo de adesão ao regulamento do cartão BNDES":

(...) na qualidade de fiador (es) e principal (is) pagador (es), sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretratável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando o (s) fiador (es), expressamente, aos benefícios dos artigos 827, 830, 834, 835, 837 e 838, todos do Código Civil Brasileiro, solidariamente se responsabiliza (m) pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA neste instrumento, conforme Regulamento de Utilização do Cartão BNDES, cujo teor declara (m) conhecer.

Pelo que se lê, os Apelantes se comprometeram, com a aposição de assinatura, a permanecerem na condição de fiadores até o efetivo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela devedora principal no instrumento.

Assim sendo, não pode ser atendido o pedido de nulidade/exoneração da fiança, porque é válida a cláusula expressa no contrato que prevê a fiança e, desde que o fiador tenha assumido o compromisso de garantir o adimplemento das obrigações assumidas, a simples prorrogação do contrato por prazo indeterminado não põe fim à garantia prestada (e-STJ, fls. 156/157).

Nessa linha, a modificação do entendimento do acórdão recorrido, para concluir que as disposições contratuais não impunham aos fiadores a responsabilidade de permanecer nessa condição até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela ND, implicaria reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Embora ROGÉRIO e outra tenham sustentado que o inadimplemento ocorreu após o prazo de vigência previamente pactuado, verifica-se que essa particularidade aventada não foi objeto de manifestação do acórdão recorrido, que não fez distinção quanto ao período em que as obrigações inadimplidas foram contraídas, sendo, portanto, inviável ao STJ a alteração da moldura fática delineada.

Nessa linha, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que é válida a prorrogação da fiança prevista em contrato, quando estendido o prazo da obrigação

principal, ressalvada ao fiador a faculdade de requerer a exoneração da fiança com fundamento no art. 835 do CC/02.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Não obstante o contrato acessório de fiança possua natureza benéfica, impondo a interpretação estrita de seus termos (art. 114 do Código Civil), esta Corte entende que é válida a cláusula de prorrogação automática da garantia, quando também estendido o prazo de vigência do ajuste principal, ressalvado, porém, o direito de o fiador pleitear a exoneração da fiança com base no art. 835 do mesmo diploma legal.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 847.970/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 15/05/2018, DJe 25/05/2018)

RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FIANÇA. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. CLÁUSULA EXPRESSA. LEGALIDADE. PRETENSÃO DE EXONERAÇÃO DA FIANÇA. INVIABILIDADE.

1. Ação ajuizada em 24/09/2012. Recurso especial 22/07/2014 e atribuído a este gabinete em 25/08/2016.

2. A jurisprudência deste STJ afirma a validade da cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal, cabendo ao fiador, acaso intente sua exoneração, efetuar, no período de prorrogação contratual, a notificação de que reza o art. 835 do Código Civil.

3. Não há falar em nulidade da disposição contratual que prevê prorrogação da fiança, pois não admitir interpretação extensiva significa tão somente que o fiador responde, precisamente, por aquilo que declarou no instrumento da fiança.

4. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1.502.417/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 18/05/2017, DJe 26/05/2017)

Ademais, *mutatis mutandis*, em contrato de locação de imóvel, o STJ reconhece a responsabilidade do fiador após o prazo definido no contrato na hipótese em se obrigou ao cumprimento das obrigações até a entrega das chaves em contrato de locação de imóvel. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. CONTRATO DE FIANÇA. RESPONSABILIDADE DO FIADOR ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. É firme a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, existindo previsão contratual, o fiador continua responsável pelo débito locatício posterior à prorrogação legal da locação até a efetiva entrega das chaves.

2. Incabível Recurso Especial para reexaminar matéria fático-probatória e interpretação de cláusula contratual (Súmulas 5 e 7/STJ) 3. Mesmo quando haja cláusula de renúncia ao direito de exoneração, o fiador poderá se exonerar da fiança mediante notificação extrajudicial ao locador ou mediante a propositura de competente ação de exoneração, assim o fazendo após a prorrogação do contrato por tempo indeterminado, mas, sempre, antes do ajuizamento da ação de despejo. Não havendo a prévia exoneração, remanesce a obrigação dos fiadores frente ao locador.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 909.546/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. em 19/06/2018, DJe 29/06/2018)

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. LOCAÇÃO. FIANÇA. PRORROGAÇÃO. CLÁUSULA DE GARANTIA ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES.

Continuam os fiadores responsáveis pelos débitos locatícios posteriores à prorrogação legal do contrato se anuíram expressamente a essa possibilidade e não se exoneraram nas formas dos artigos 1.500 do CC/16 ou 835 do CC/02, a depender da época que firmaram a avença.

Embargos de divergência a que se dá provimento.

(EResp 566.633/CE, Rel. Ministro PAULO MEDINA, Terceira Seção, j. em 22/11/2006, DJe 12/03/2008)

Diante disso, não merece reforma o acórdão recorrido no que se refere ao reconhecimento da responsabilidade dos fiadores pelo adimplemento das obrigações decorrentes do contrato garantido.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE**

do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de ROGÉRIO e outra, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

